

**DECRETO Nº 12.681, DE 21 DE JANEIRO DE 2026.**

*Regulamenta a Lei nº 10.205, de 16 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a implantação e regulamentação do Conselho Escolar e do Conselho Educacional do CEMEJA nas escolas públicas municipais de Santa Cruz do Sul.*

**O VICE-PREFEITO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município, e

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a organização, a escolha de membros, as atribuições e o funcionamento dos Conselhos Escolares e do Conselho Educacional do CEMEJA.

**Art. 2º** Os Conselhos são órgãos colegiados permanentes com funções deliberativa, consultiva, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, constituindo-se como o órgão máximo da gestão escolar.

**CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO E DAS REPRESENTAÇÕES**

**Art. 3º** A composição dos Conselhos Escolares e do Conselho Educacional do CEMEJA obedecerá rigorosamente aos quantitativos e segmentos previstos nos Artigos 5º, 6º e 23 da Lei nº 10.205/2025, observando-se as seguintes regras de articulação:

**I** – Da Representação do Círculo de Pais e Mestres (CPM): Os integrantes que ocupam cargos de titulares na diretoria do CPM poderão se inscrever para concorrer a vagas no Conselho Escolar.

**a)** A inscrição desses representantes é de caráter opcional, visando promover a integração e o alinhamento de ações entre os dois colegiados.

**b)** O Conselho Escolar não poderá ter em sua composição final mais do que 03 (três) integrantes titulares oriundos da diretoria do CPM.

c) Caso o número de inscritos da diretoria do CPM exceda o limite de 03 (três), a própria diretoria do CPM deverá realizar a indicação ou eleição interna para definir quem ocupará as vagas destinadas ao Conselho Escolar.

d) Os integrantes do CPM que compuserem o Conselho Escolar não poderão exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente deste Colegiado.

**II** – Da representação da Comunidade Local: A inclusão de 01 (um) representante da comunidade local é opcional e não deve constar na inscrição das chapas.

a) A indicação será feita pelo Conselho Escolar em sua primeira reunião, focando na mobilização para atividades essenciais da escola.

**III** – Do Acúmulo de Segmentos: Profissionais da educação que possuem filhos na escola deverão optar por representar apenas um dos segmentos.

### **CAPÍTULO III – DA ESCOLHA E NOMEAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 4º** A Assembleia Geral para instituição ou renovação do Conselho será convocada pela Direção nos primeiros 60 (sessenta) dias do ano letivo.

**Art. 5º** O procedimento de escolha seguirá os seguintes critérios de democratização:

**I** – Escolha por Aclamação (Forma Principal): Verificada a existência de apenas uma chapa ou número de candidatos equivalente às vagas por segmento, a escolha dar-se-á por aclamação dos presentes na Assembleia.

**II** – Escolha por Voto (Forma Subsidiária): O recurso ao voto direto e secreto ocorrerá se, e somente se, houver mais candidatos ou chapas inscritas do que o número de vagas disponíveis para o respectivo segmento.

**III** – Inscrições: As chapas ou candidaturas individuais (contendo titular e suplente) deverão ser registradas na secretaria da escola em prazo definido no edital de convocação.

**IV** – Candidaturas Individuais: Na ausência de chapas completas, admite-se a inscrição individual por segmento, mantendo-se a exigência de suplência.

### **CAPÍTULO IV – DO MANDATO E DA POSSE**

**Art. 6º** O mandato dos conselheiros será de 03 (três) anos, permitida uma recondução consecutiva.

**Art. 7º** A posse ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a eleição.

**Art. 8º** Na primeira reunião após a posse, o Conselho elegerá o Presidente, Vice-Presidente e Secretário entre os membros maiores de 18 anos.

**Parágrafo único.** O Diretor e o Vice-Diretor (membros natos) não podem exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

## **CAPÍTULO V – DO REGIMENTO INTERNO**

**Art. 9º** O funcionamento interno do Conselho será regido por Regimento próprio, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

**I – Revisão e Atualização:** Unidades escolares que já possuem Regimento Interno deverão proceder à sua revisão e atualização obrigatória para adequação total à Lei nº 10.205/2025.

**II – Construção Coletiva:** Unidades que não possuem o documento deverão proceder à sua construção coletiva, obrigatoriamente a partir de documento base fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.

## **CAPÍTULO VI – DAS ATRIBUIÇÕES, VEDAÇÕES E FUNCIONAMENTO**

**Art. 10.** O Conselho Escolar, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, exercerá suas competências por meio das seguintes funções e ações:

**I – Função Deliberativa:**

**a)** Aprovar o Plano de Ação da escola bem como a programação e aplicação dos recursos destinados à escola.

**b)** Debater sobre alterações no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico (PPP), respeitada a legislação vigente.

**c)** Votar alterações metodológicas, didáticas e administrativas propostas para a unidade escolar, considerando as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

**d)** Aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros aplicados.

**II – Função Consultiva:**

**a)** Emitir pareceres sobre questões pedagógicas e administrativas submetidas pela equipe diretiva ou pela mantenedora.

**b)** Opinar sobre a aquisição de recursos pedagógicos e propostas de reforma ou

ampliação do prédio escolar.

**c)** Manifestar-se sobre a organização do calendário escolar.

**III – Função Fiscalizadora:**

**a)** Acompanhar e fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade.

**b)** Monitorar o cumprimento do calendário escolar e a execução do Projeto Político Pedagógico.

**c)** Fiscalizar a evolução dos indicadores educacionais, como taxas de aprovação, reprovação e evasão escolar.

**d)** Zelar pela correta aplicação dos recursos, garantindo que sejam usados conforme os projetos e programas destinados.

**IV – Função Propositiva:**

**a)** Sugerir ações pedagógicas e encaminhamentos visando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

**b)** Propor e coordenar discussões entre os diversos segmentos da comunidade escolar sobre temas de interesse da unidade.

**c)** Recomendar a criação de subcomissões para tratar de temas ou discussões específicas.

**V – Função Mobilizadora:**

**a)** Convocar assembleias gerais da comunidade escolar para discussão de assuntos de interesse comum.

**b)** Promover relações de cooperação e intercâmbio com outros conselhos e entidades locais.

**c)** Estimular a participação efetiva e democrática das comunidades escolar e local na vida cotidiana da escola.

**d)** Divulgar periodicamente informações sobre o uso de recursos e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

**Art. 11.** É expressamente vedado ao Conselho remunerar seus membros, alugar imóveis, contratar pessoal ou contrair empréstimos.

**Art. 12.** O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada três meses, com quórum de maioria simples para deliberação.

## **CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13.** O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

**Art. 14.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 21 de janeiro de 2026.

**ALEXSANDER KNAK**  
**Vice-Prefeito no exercício do cargo de**  
**Prefeito Municipal**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

**MATHEUS LUÍS FERREIRA**  
**Secretário Municipal de Administração e Gestão**